

As mulheres migrantes nas estações ferroviárias paulistanas e a Polícia Feminina

Migrant women at railway stations and the Sao Paulo Police Women

Rosemeri Moreira

Doutoranda, PPGH–UFSC
rosemeri_moreira@yahoo.com.br

Resumo: este artigo é uma reflexão sobre as relações estabelecidas entre a Polícia Feminina paulista com as famílias migrantes, compostas principalmente por mulheres chefes de família, nas estações de trem de São Paulo nos anos de 1950. Partindo dos mapas estatísticos, das imagens fotográficas e dos relatórios diários de ocorrências produzidos pela Polícia Feminina, analiso o discurso policial sobre a chegada e partida de mulheres migrantes com seus filhos e netos na cidade de São Paulo. Através da categoria gênero é discutido o olhar estatal que recaía sobre as mulheres migrantes e também sobre a construção da imagem da “policial feminina”.

Palavras-chave: Migração; Polícia; Gênero.

Abstract: this article is a reflection about the relations established between the Female Police with the migrant families, composed mainly of female heads of households at the train stations of São Paulo in 1950. Based on statistical maps, photographs and daily reports produced by the Female Police, analyze the police speech about the arrival and departure of migrant women with their children and grandchildren in the city of São Paulo. Through the gender category is discussed the government look that relied on migrant women and also about the construction of the image of the police women.

Key-words: Migration; Police; Gender.

Uma família de retirantes desembarca na plataforma da estação. Pai, mãe e filhos olham em torno. A multidão se entrecruza indiferente. O sonho da Canaã sulina começa a desfazer-se ante a realidade hostil. Mudos e aparência apática, vão saindo com suas trouxas, umas poucas esperanças e muita desilusão. Na rua buzinas estridentes, barulho infernal de bondes, gritaria, corre-corre e a mesma indiferença brutal. A agitação da metrópole agita a alma sertaneja, desperta a vontade de luta oculta sob a modorra aparente. Mas o que fazer? Para onde ir? Não lhes ocorre resposta. Anoitece e a família trata-se de acomodar-se na calçada. É então que aparece um afigura inesperada: uma moça vestida de azul (MACEDO, 1960, p. 48).

Relatos como este foram repetidos exaustivamente pela Comandante Hilda Macedo para justificar a existência da Polícia Feminina, criada em 1955 na cidade de São Paulo. A família migrante, o “menor” e as incautas mulheres foram os personagens principais da ação das primeiras policiais paulistas e brasileiras, levadas a cabo nas estações de trem paulistanas.

Estes personagens fizeram parte das justificativas simbólicas da inclusão de um feminino como parte da atividade policial.

As mulheres intelectuais paulistas que elaboraram as justificativas simbólicas da criação da Polícia Feminina se utilizaram das categorias: “idoso”, “mulher”, “carente”, “menor”, e “delinquente” na defesa de um feminino como necessário às polícias.¹ Repetiram dessa forma, a aceção, apontada por Michele Perrot (2005, p. 252), do prolongamento das funções domésticas que construíram as profissões ditas femininas e, neste caso, expandiram o espaço privado até uma das instituições máximas de constituição da virilidade: a atividade policial.²

As estações de trem paulistas - Luz, Júlio Prestes (Sorocabana) e Roosevelt – foram determinadas como os primeiros locais de trabalho das policiais. Esta definição dos postos da Polícia Feminina, muito além da aproximação com a tríade “mulheres, idosos e crianças”, ia ao encontro da figura do migrante, problematizada na cidade de São Paulo desde meados dos anos 1940. Nestes locais, a presença de uma multiplicidade de pessoas se configurava como um contrassenso às idealizações do espaço urbano e as concepções sobre trabalho, sociedade e família que atravessavam o sentido urbanístico da cidade e por consequência a ação das policiais. São lugares reveladores de uma cidade múltipla na sua diferença. São lugares heterotópicos, uma vez que carregam a justaposição de versões múltiplas e incompatíveis da cidade (FOUCAULT, 2010). Lugares em que estão sobrepostos tanto a idealização do espaço público quanto a sua transgressão. Lugares de chegar e partir, ordenados enquanto fluxo, enquanto circulação, e onde o ato de ficar era motivo de suspeição. Lugares centrais à ideia de movimento e velocidade, associados à cidade de São Paulo como um todo.

A Estação da Luz, situada na zona central da cidade num dos bairros mais antigos de São Paulo, era responsável pela ligação entre o noroeste e o sudoeste do estado, de Jundiá à Santos, passando pela capital. Reinaugurada no início do séc. XX, a segunda Estação da Luz representou a substituição da cidade de taipa pela cidade de ferro, como utopia da modernidade e do progresso que veio para São Paulo através do oceano atlântico (COSTA,

¹ Tema de minha tese em andamento, o processo de criação da “Polícia Feminina” no Brasil perfaz um período que vai desde sugestões apontadas na década de 1930 por sufragistas; um momento de acirramento do debate por mulheres paulistas e cariocas em fins dos anos 40; e discussões levadas a cabo por mulheres intelectuais paulistas na década de 1950, que enfim culminaram na criação deste “tipo” de policiamento em 1955 na cidade de São Paulo.

² Seguindo o exemplo das sufragistas, a maternidade/maternagem, considerada a capacidade intrínseca e definidora das mulheres no cuidado com o outro no âmbito privado (filhos, maridos, pais idosos, etc.) foi ressignificada no processo de expansão, dessa mesma capacidade, para a esfera pública.

1994. p. 103). A Estação Júlio Prestes, faz ligação entre a capital e a cidade de Sorocaba, ponto de junção com o oeste paulista. Popularmente conhecida como Sorocabana, a Estação Júlio Prestes dista cerca de um quilometro da Estação da Luz, facilitando o embarque de pessoas e mercadorias para o interior do estado.

O sonho de modernidade contido no projeto arquitetônico da Estação da Luz, com sua vasta galeria envidraçada, seus ornamentos em ferro e a balaustrada que protege a multidão no andar superior, são reavivados com a dupla de policiais femininas em patrulhamento que passaram a fazer parte do cenário da plataforma. Assim como há meio século atrás, o conjunto arquitetônico e a figura das policiais, a partir de 1955, são símbolos tangíveis que repetem os anseios modernos de “[...] integração com o mundo civilizado [...]” (COSTA, 1994, p. 101) buscado com a matriz cultural europeia. No entanto, ao contrário do início do século, em que os sonhos se projetavam num futuro de ferro e aço, as policiais nas estações de trens paulistanas são idealizadoras de uma civilidade que repousa na figura feminina, em que a modernidade das polícias se confirma através da conservação de um estereótipo pautado pelo maternalismo.

Intensificado a partir dos anos 1930, o fluxo migratório interno é um dos traços característicos da São Paulo da década de 1950. Período marcado pela consolidação do processo de metropolização e extravasamento dos limites do município. O crescimento acelerado da cidade clandestina atemorizava a cidade oficial e a vinda de migrantes, era percebida como agravante ou causa da escassez dos recursos públicos da cidade.³ Desde os anos 1940, na concepção dos assistentes sociais, os migrantes nordestinos representavam a imagem de inadaptação frente ao mundo urbano, os quais, considerados sob o ponto de vista higiênico “[...] enchem os hospitais ou ainda perambulam de cidade em cidade à procura de serviço ou vivendo de caridade pública” (PRADO, apud PAOLI e DUARTE, 2004, p. 74). A percepção da migração como problema urbano se dá a partir da mudança visível nos anos 1950 na economia da cidade.⁴

³ Na década de 1950 a população do município de São Paulo correspondia a 4, 2% da população do país (SILVA, 2004, p. 100). No período 1940-1960, segundo Marta Grostein (2004, p. 130), o trecho urbano oficial de São Paulo cresceu 171%, ao passo que as periferias cresceram 364%. Em fins da década de 1950 já se estimavam 141 favelas somando 50 mil moradores (FELDMAN, 2004, p. 127).

⁴ Apesar da substancial expansão da indústria entre o período 1940-1950, Flávio Saes (2004, p. 257) aponta que nos anos 1950 o sistema fabril do estado entrara em uma nova fase da industrialização, e as maiores escalas de produção, exigiam a busca por espaços mais baratos, menos congestionados e mais amplos para os investimentos. Nesse processo, além do ABC paulista, o interior do estado e ainda outros estados passaram a fazer concorrência com a cidade de São Paulo pela instalação dessas indústrias. Além do deslocamento físico das indústrias, o uso de técnicas modernas que demandavam uma quantidade menor de mão de obra foi responsável

Postadas nas estações de trem, as policiais representavam os anseios do poder público de contatar e minimamente conhecer o migrante, num empenho precavido em tomar ciência dos destinos e procedências desta desconhecida população através dos procedimentos reguladores de assistência. Um esforço de dimensões bastante acanhadas a se considerar o número exíguo das policiais (treze) e a incapacidade das instituições assistenciais de prover o a massa de pobres e indigentes. Presentes nas imagens fotográficas, nos mapas estatísticos e nos relatórios diários de ocorrências policiais, estes grupos trazem à tona a dramaticidade contida na luta pela sobrevivência na cidade e também o cotidiano do trabalho inicial das chamadas “policiais femininas”.

Como recepcionistas do mundo urbano, a abordagem inquisitiva das policiais que recaía sobre os viajantes, principalmente aos migrantes desprovidos materialmente, marca a ilusória pretensão policial - e política - de ordenar o caos citadino percebido a partir do fluxo migratório e do crescimento urbano desordenado.

Com relação à infância as imagens no acervo fotográfico da Biblioteca e Museu de Polícia da Polícia Militar do Estado de São Paulo (BMP/PMESP) exaltam o papel de orientação das policiais. Nas diversas fotografias das policiais com crianças, a primeira sempre está com o olhar adiante ou aos céus. Com suave apoio traduzido no toque aos ombros infantis e na expressão afável e sorridente, a policial apontava a correta direção às crianças. Nestas fotos posadas, muito além de uma orientação espacial, propaga-se o olhar direcionador de um futuro. As crianças se apresentam como maltrapilhas às portas da estação ferroviária, as quais se abrem a vastidão e as contradições da cidade, ou estão cordatas em espera sobre as malas da família viajante. A infância é objeto da ação das policiais e agregam simultaneamente a ideia de futuro e o seu temor. As policiais são representadas como orientadoras morais da infância no espaço urbano. Sobre o termo “menor”, utilizado pelas policiais indiscriminadamente na referência às crianças e jovens em geral, cabe lembrar a análise de Boris Fausto (1984, p. 80) de que, “[...] a menoridade na sua dimensão ligada a esfera de trabalho ou a pedagogia terapêutica é um conceito aplicável à gente pobre”. A abordagem pedagógica das policiais sobre as crianças pobres reproduz esta concepção.

Nas fontes fotográficas que abordam a família migrante, as policiais representam o

pelo lento crescimento do emprego industrial, o qual não correspondeu ao fluxo migratório e ao crescimento vegetativo. Dessa forma, mesmo não sendo novidade a presença de trabalhadores à margem do mercado de trabalho, para Saes (2004, p. 256), o que surpreendia no período era a dimensão dessa massa vivendo em habitações precárias e sobrevivendo através de “bicos”.

auxílio - e o controle - oferecido pelo Estado aos recém-chegados à capital (fotos 1 à 3). Idosos e crianças recebem o toque das policiais, como se fosse um afago, um apoio ou um exame. Diferente das fotos posadas somente com as crianças, o olhar das policiais faz frente, não ao futuro que se avizinha, mas ao presente de penúria estampado na face das pessoas. Entre cueiros, sacos e mochilas, expandindo-se pelas arestas em busca de abrigo noturno ou diurno, a ocupação das estações ferroviárias pelas famílias ia de encontro aos anseios urbanísticos da separação rigorosa entre público e privado e contradizia os romantizados estereótipos sobre mulheres e crianças. São presenças reais que se recostam e se espalham sobre o ricamente trabalhado revestimento europeu da Estação da Luz, expondo com suas bugigangas, quinquilharias e provisões, a incompatibilidade com o projeto de cidade e de família das elites urbanas.



Foto 1: s/ legenda (Estação da Luz, 1957).
Acervo: BPM/PMESP – Álbum 053/Gav-006.



Foto 2: s/ legenda (1956).
Acervo: BPM/PMESP – Pasta 062/Gav-006.



Foto 3: s/ legenda (Estação da Luz, 1958).
Acervo: BPM/PMESP – Pasta 054/Gav-006.

Raras exceções nas imagens fotográficas, algumas fisionomias expressam desagrado

ou melindre com a interferência inquisitiva das policiais (foto 3). O propagado amparo policial, nem sempre bem-vindo ou requerido, se conjugava a estratégias de verificação e controle da população, intrínsecas ao trabalho das polícias em geral. Importante lembrar a ação paternalista dos policiais cariocas sobre as mulheres no início do século XX, frequentemente não solicitada, ocorria em “[...] circunstâncias que faziam até difícil definir se eram vítimas ou infratoras da moralidade pública” (BRETAS, 1997, p. 175). Receber um tratamento a princípio afável e simpático por parte das policiais não parece inibir a percepção de pessoas pobres do temor e desagrado que suscitavam com sua presença.

Indesejáveis na cidade, as famílias migrantes eram conduzidas ou escoltadas, sob o cuidado materno-policial (foto 2). Estas fotos, publicadas e republicadas em alguns periódicos e revistas, tinham o intuito de enfatizar o tratamento exemplar dado pelas polícias à população carente. No entanto não deixam de suscitar ao olhar contemporâneo à ideia de expulsão e afugentamento dos pobres pelo poder público da cidade. Conduzidas até os trens, mulheres e crianças são embarcadas até os primeiros degraus, já, de um outro lugar (foto 2).

Pessoas sozinhas e as famílias, vagando ou recostadas pelas estações, afetavam de forma passiva a manutenção de uma ordem moral, contradizendo a dicotomia privado x público, e as decorrentes concepções de família, mulher e infância. As policiais ainda tentavam controlar as brigas, bebedeiras, safanões e xingamentos, que contrariavam a proclamada ordem pública de forma mais acintosa.

A invisibilidade das mulheres nos processos migratórios foi recentemente posta em cheque com a consideração do gênero como um dos princípios estruturantes dos deslocamentos humanos e a redefinição das mulheres como atrizes centrais nesses processos. Segundo María José Magliano (2009, p. 349) foi desfeita recentemente a imagem consolidada da mulher como dependente do marido ou da família na hora de compreender suas trajetórias migratórias. Encabeçando as famílias em deslocamento, essas muitas mães e avós, expostas nos relatórios das policiais, estão inseridas num processo frenético de migração em que o lugar de destino, longe de ser determinado de antemão, se define num processo de circulação, de ensaio e erro, através de muitas perambulações, vacilações, retornos e prudências.

As narrativas policiais, construídas nos relatórios diários, expõem de forma sub-reptícia estratégias de sobrevivência de segmentos da população e revelam brechas de ação e resistência frente à ação policial, assim como revelam os usos sociais específicos que grupos empobrecidos faziam das polícias.

Nas estações de trem a policial se configurava como ordenadora de uma primeira triagem entre os considerados: doentes; ébrios/as; prostitutas; desempregados/os; vadio/as; crianças e adolescentes fugitivos ou abandonados; mendicantes; migrantes e delinquentes. O cotidiano do policiamento feminino estava baseado no esforço em dar lógica ao caótico fluxo humano, próprio desses espaços de confluência. Focada principalmente nas situações sem nenhum caráter legal, a policial classificava as diversas situações e “encaminhava” as pessoas para instituições que teoricamente resolveriam a questão, o pedido ou a necessidade. Os encaminhamentos registrados correspondem a atuação das policiais como intermediadoras entre segmentos da população, vistos ou que se postavam como necessitados, e as diversas instituições regulatórias da presença de sujeitos empobrecidos na cidade.

Entre instituições, departamentos e secretarias, os mapas estatísticos do período 1955-1964, listam vinte espaços ou lugares possíveis de condução de pessoas. Desde ambulatórios, hospitais, departamento de Assistência Social do Estado, passando pelo Juizado de Menores e, principalmente à 8ª Divisão Policial (8ª D. P. ou Serviço de Proteção e Previdência e Setor de Polícia de Científica), as demandas diversas registradas pelas policiais nos relatórios de ocorrências e posteriormente nos mapas estatísticos, interpelavam principalmente por atendimento médico, emprego, passagens, pernoite e alimentação.

Com relação aos encaminhamentos à 8ª D. P. é necessário lembrar que esta divisão policial havia sido criada em 1947 para auxiliar na resolução da chamada “questão social”. Mesmo após a remodelação efetuada em 1951 por Jânio Quadros, a 8ª D. P. ainda cumpria a função de abrigo noturno aos viajantes e pobres em geral, e fornecia, além de alimentação, passagens gratuitas à população pobre para fora da cidade e do estado. O retorno na ênfase à assistência aos pobres feita pela polícia ia de encontro ao processo de modernização do policiamento no país. No entanto, pautado pelas cores da Guerra Fria os EUA exportavam esse modelo de polícia, que agregava a ideia de modernização a de assistência.

Além das interferências de cunho moral feitas pelas policiais, principalmente com relação ao comportamento público das mulheres e jovens, diversas demandas, sem nenhum caráter legal, ou mesmo assistencial, eram por elas tratadas. Pela narrativa das policiais é possível perceber a presença maciça dos jovens e crianças nas estações de trem: tocando em praça pública; vendendo produtos diversos; envolvidos em jogos e brincadeiras; ou praticando a mendicância, pequenos furtos e golpes. Tais como: os três irmãos músicos “[...] de 16, 17 e 19 anos, de Santa Catarina, [...] pretendendo tocar em praça pública a fim de angariar dinheiro

[...]”⁵; os meninos frequentemente expulsos do Aeroporto: “[...] levados até o posto por um policial da Fôrça Pública, por se encontrarem passeando na pista; depois de terem sido advertidos, foram dispensados.”⁶

Não sem resistência os jovens rapazes acatavam a autoridade das policiais principalmente com relação à proibição das viagens solitárias: “[...] insistindo o menor que ninguém por ele se responsabilizava [...]”⁷ Aos rapazes provenientes da zona rural, a interferência das policiais causava acima de tudo estranheza uma vez que os termos menoridade e maioridade eram obsoletos frente à necessidade de lutar pela própria sobrevivência, tendo ou não perto de si pais e familiares. Essas crianças e jovens, sob os olhos da administração policial eram potenciais contraventores. Contradizendo o estereótipo da família protetora, sobreviviam por conta própria e de diversas formas, sobre as quais os conselhos e preleções das policiais não pareciam ter eficácia.

A relação das policiais com as meninas e as mulheres em geral, tinha por base o espectro da prostituição que rondava a presença feminina nas estações de trem e arredores. Nunca nomeada, a suspeição da prostituição aparece na narração sutil das policiais: “Clara M., 15 anos, [...] residindo com os tios em Americana; encontrada vagando [...], foi encaminhada ao juizado.”⁸ Jovens ou adultas, as mulheres eram constantemente interpeladas:

[...] 16 anos, vindo a São Paulo em companhia de uma senhora que havia prometido arranjar emprego, viu-se abandonada logo ao chegar à estação e não possuindo recursos para voltar para a cidade de origem, foi encaminhada a 8ª D. P. .⁹

[...] como houvesse necessidade da menor ser ouvida *mais demoradamente* para que as policiais pudessem encaminhá-la, teve que permanecer no posto até o encerramento do plantão, quando foi encaminhada ao Instituto de Aprendizado Doméstico.¹⁰

[...] 17 anos, uruguaia, vindo ao Brasil clandestinamente, foi entregue no Posto da P. F. , por uma assistente social, justamente com a passagem de volta para aquele país [...].¹¹

⁵ Livro Geral nº 1. Polícia Feminina. Relatórios Diários de Ocorrências - Postos “1, 2 e 3”. Início em: 24 de dezembro de 1955. Término em: 16 de dezembro de 1957. Ocorrência nº 366, de 22/02/1956. Estação Júlio Prestes. Acervo BMP/PMESP.

⁶ Idem, ocorrência nº 448, de 03/03/1956. Aeroporto de Congonhas.

⁷ Idem, ocorrência nº 830, de 08/04/1956. Estação Júlio Prestes.

⁸ Idem, ocorrência nº 885, de 12/04/1956. Sede.

⁹ Idem, ocorrência nº 911, de 15/04/1956. Estação da Luz.

¹⁰ Idem, ocorrência nº 563, de 14/03/1956. Estação da Luz. Sem grifo no original.

¹¹ Idem, ocorrência nº 593, de 17/03/1956. Aeroporto.

[...] veio a São Paulo fazer compras, porém, como tivesse chegado tarde e as lojas já estivessem fechadas, pretendia dormir em um banco da estação.¹²

[...] todas essas moças foram encaminhadas ao posto da P. F. pelo Guarda Civil [...] como suspeitas de vadiagem. A policial procurou se comunicar com a residência de cada uma e constatada a veracidade, foram dispensadas.¹³

As meninas e mulheres pobres desacompanhadas (de homens) fervilhavam pelas estações de trem. Recém-chegadas a São Paulo, quando inquiridas essas mulheres pedem emprego ou passagem para algum lugar onde parentes as esperam. Com fraturas, queimaduras ou males diversos ainda não identificados, solicitam consulta médica ou internação em hospitais. No limiar da pobreza pedem comida para si e para os filhos, ou um lugar para dormir. Quando com filhos, declaravam-se casadas ou viúvas. Em um ano de ocorrências, somente uma mulher de 35 anos com dois filhos se declarou solteira.¹⁴ A menção de um homem, mesmo que distante, parecia manter as mulheres dentro do padrão aceitável de moralidade. Algumas vezes queriam entregar os filhos; outras precisavam interná-los por estarem doentes e/ou dementes. Algumas eram jovens grávidas que se declaravam vindas do interior; outras eram recolhidas até a 8ª D. P. por dormirem nas imediações das estações de trem e do aeroporto.

O vai e vem dessas desventuradas mulheres às estações de trem e a sede da Polícia Feminina, nos revelam os limites das instituições estatais no intento de gerir a pobreza urbana por meio do assistencialismo. Exemplo disso são as idas e vindas de Maria de S. D, com duas filhas pequenas, a qual, pedindo emprego e internação das meninas, vagava entre a Estação Júlio Prestes e o Serviço Social do Estado. Encaminhadas pelas policiais no meio da tarde, à noite estavam “[...] novamente ao posto, alegando nada haver conseguido; a conselho das policiais, ficou de voltar no dia seguinte.”¹⁵ Com o aval silencioso das policiais passaram a noite na estação, sendo encaminhadas novamente no dia seguinte ao serviço social.

As reivindicações diretas das policiais às instituições assistenciais, em favor daqueles postos sob sua vigilância, revelam tanto a incapacidade do estado em promover o assistencialismo quanto o descontentamento delas, uma vez imbuídas da crença em seu papel de auxílio. Nos períodos iniciais do policiamento feminino, algumas chegaram a levar para a

¹² Idem, ocorrência nº 539, de 12/03/1956. Estação da Luz.

¹³ Idem, ocorrência nº 1079, de 29/04/1957. Júlio Prestes.

¹⁴ Idem, ocorrência nº 1081, de 29/04/1957. Estação da Luz.

¹⁵ Idem, ocorrência 303, de 16/02/1956. Estação Júlio Prestes.

própria casa crianças e jovens, ou a pagar táxi para o deslocamento dos doentes e das gestantes.¹⁶ Com passar do tempo, essas atitudes por parte das policiais desaparecem.

Mulheres carregando malas e filhos iam e vinham: um dia pediam passe de viagem, outro dia retornavam pedindo emprego.¹⁷ Importante lembrar que algumas pessoas eram detidas tentando vender passes fornecidos pela 8ª D. P.. A sobrevivência nas ruas também era obtida através do aprendizado do uso que podia ser feito das polícias. Uso este vinculado à utilização de códigos específicos de se postar enquanto “necessitado/a”, não deixando margem à classificação como contraventor/a ou criminoso/a. Linha divisória bastante tênue, sob a perspectiva das polícias em geral.

Resistências ao ordenamento proposto pelas autoridades policiais transparecem em muitas ocorrências. Margarida B., grávida aos 22 anos de idade, chegando do interior de Minas Gerais, conseguiu um emprego através do Serviço Social do Estado, fugiu três dias depois e voltou a frequentar a Estação da Luz.¹⁸ Leopoldina P. dos S. acompanhada de cinco filhos menores, vagou entre o Serviço Social do Estado e a 8ª D. P. em 18 de fevereiro de 1956.¹⁹ No dia 21 do mesmo mês, acompanhada de outras duas mulheres, foi novamente encaminhada a assistência social “[...] solicitando colocação, já havia sido encaminhada ao Serviço social. Mas não pode ser atendida por falta de verba [...]”²⁰ No dia seguinte, Leopoldina e seus filhos, abordada novamente pelas policiais na Estação da Luz, solicitou passes para retornar a cidade de origem:

[...] tendo sido encaminhada ao Serviço de Colocação e Orientação foi atendida, porém precisa esperar uns 3 ou 4 dias; resolveu então voltar a sua terra e lá deixar 3 de seus 5 filhos em casa das madrinhas dos mesmos e para tal precisava de passe. Encaminhada a 8ª DP.²¹

Leopoldinas, Margaridas e Marias, aparecem e reaparecem em muitas ocorrências. Ao que parece, essas mulheres resistiam tanto ao ordenamento buscado polícia quanto à exploração nos empregos que lhes eram arranjados. Assim como Janda P. , que “[...]”

¹⁶ “Martha A., 12 anos, encaminhada pela 21ª Circunscrição – Vila Matilda; não tendo para onde ser encaminhada devido o adiantado da hora, foi entregue a Polícia Feminina, indo dormir na casa da policial [...]”. Idem, ocorrência nº 011, de 01/01/1956. Central de Polícia.

¹⁷ Maria C. da S., às 11h da manhã pedindo passe para Juazeiro, retornou no dia seguinte pedindo emprego. Idem, ocorrência nº 403, de 26/02/1956 e ocorrência nº 411, de 27/02/56. Estação Júlio Prestes.

¹⁸ Idem, ocorrência nº 430, de 01/03/1956. Estação da Luz; ocorrência nº 471, de 06/03/1956. Estação da Luz.

¹⁹ Idem, ocorrência nº 322, de 18/02/1956. Estação da Luz.

²⁰ Idem, ocorrência nº 350, de 21/02/1956. Estação da Luz.

²¹ Idem, ocorrência nº 359, de 22/02/1956. Estação Roosevelt

encaminhada ao Albergue Noturno, foi constatado pelas policiais de que lá não havia ido [...].”²² Preferiam a crueza das ruas à opressão dos patrões, e demonstram ter sabido jogar com as expectativas que existiam sobre elas. Jogo este que poderia resultar em algumas benesses, mesmo que parcas.

Mulheres pobres que vieram em busca das promessas da cidade, estão presentes nas lembranças da Cel. Yara:

E tinha uma também que ia ao batalhão. [...] uma tal de Lúcia. [inaudível], então, ela ia tomar banho. No batalhão tinha um banheiro fora e ela usava. Tomava banho. Dávamos alguma roupinha, porque tinha pessoas que levavam roupa lá. E ela ia embora. E tinha gente que vinha de viagem muitos dias, cheirando mal porque não tomava banho e precisava de um banho pra arrumar emprego, porque uma mulher fedida e mal arrumada não arrumava emprego. Então tomava banho... Elas tomavam banho e depois elas eram encaminhadas para o emprego. Às vezes elas até tinham emprego, mas como é que vai fedida e mal arrumada? (FUCKS, 2009)

A higiene corporal se encontrava imbricada aos atributos morais dessas mulheres na apresentação de si no espaço público: perante a polícia, e perante o patrão. Importante lembrar que o uso dos pressupostos da medicina ambientalista, desenvolvida no século XIX, acarretou na imputação ao corpo das mulheres de um poder moral de ordenar os costumes através das regras sanitárias (FAURE, 2008; MOREIRA, 2011). Discursivamente, as mulheres foram postas como guardiãs morais do espaço familiar higienizado. Essa profilaxia a cargo das mulheres, ápice do maternalismo científico (FREIRE, 2009), vem a reboque do imbricamento entre medicina e política.²³ O desasseio e o desalinho das pessoas em público as colocavam/am em suspeição uma vez que eram/são aspectos considerados como indicativos morais, principalmente no que tange às mulheres, uma vez que foram configuradas como protagonistas por excelência do pensamento sanitarista/higienista.

Encabeçando as famílias em deslocamento, essas muitas mães e avós, estão inseridas num processo frenético de migração em que o lugar de destino, longe de ser determinado de antemão, se define num processo de circulação, de ensaio e erro. Como assinala José de Souza Martins, “[...] a chegada ao destino foi o coroamento de um demorado processo de desvinculação em relação a uma localidade de origem” (2004, p. 171), através de muitas

²² Idem, ocorrência nº 519, de 10/03/1956. Estação Júlio Prestes.

²³ O saber médico higienista, além de prevenir, contribuiria para reintegrar o corpo na sociedade de forma física e moral, através da transformação dos “costumes”. Este último, grande causador dos males que corroem o corpo e a alma, o caráter (MOULIN, 2008).

perambulações, vacilações, retornos e prudências.

Com relação à solicitação dos passes de viagem, fornecidos pela 8ª D. P. e também pelo Departamento de Imigração e Colonização, aproximadamente 33% dos pedidos eram feitos por mulheres com filhos. Este mesmo grupo representou 52% dos encaminhamentos para pernoite e alimentação na 8ª D. P. entre dezembro de 1955 e maio de 1956. “Lindus”²⁴ em atitude, não se pode deixar de considerar que para essas muitas mulheres, desprovidas de redes de apoio no destino e também na origem, a figura das policiais pode ter trazido um pouco de alento à dramaticidade experienciada nos deslocamentos.

Postas sob os auspícios das policiais, essas mulheres com suas famílias são representativas daqueles migrantes menos preparados à transição urbano/rural e mais “[...] vulneráveis às situações de risco de um urbano precário e mal constituído [...]” (SOUZA, 2005, p. ...). Mesmo levando em consideração que os relatórios diários produzidos pelas policiais se pautavam em marcar a aproximação com as mulheres, crianças e jovens, não se pode ignorar a face feminina da migração exposta nas estações de trens de São Paulo.

A dicotomia urbano/rural está presente na figura ao mesmo tempo estigmatizada e romantizada do migrante. Nas lembranças da Cel. Yara:

Então chegava aquela pessoa do interior que vinha pra cá, interior e outros estados, sentavam na porta da estação com saco, papagaio, aquelas coisas que eles traziam, aquelas moringas Tinha que ir lá abordar: o que você está fazendo? O que está precisando? Aí encaminhava para o serviço social, médico. . . porque às vezes eles vinham doentes. E para evitar também, que as pessoas se aproveitassem deles. Lá tinha até banco de sangue que ofereciam dinheiro pra eles: vão doar sangue? Eu pago tanto. . . Levavam pra tirar o sangue, quando vinham de volta vinha quase morto porque . . . então era pra evitar a abordagem dessas pessoas. Às vezes precisava um passe pra retornar; às vezes precisavam hospitalização; às vezes precisavam de albergue porque não tinha onde ficar. Enquanto isso tinha pessoas em volta da estação, aqueles hotéis de beira de estação que existia muito antigamente, aí precisavam de cozinheira, faxineira e já levava.... (FUCKS, 2009)

A descrição de uma imagem ingênua e frágil relativa a família migrante, beirando a infantilização, é recorrente desde os anos 1930. Longe de negar o dramático e as peripécias vividas pelas populações migrantes ao desembarcarem na desmesurada cidade, é importante salientar que o caipira migrante foi/é percebido de forma diversa conforme o contexto sócio

²⁴ Referência a história de Eurídice Ferreira de Melo, Dona Lindu, a qual penosamente migrou de Garanhuns – PE, com 7 filhos para o litoral de São Paulo, vindo a se estabelecer na capital paulista em 1954 (BETTO, 1989)

econômico.

Nos anos 1920, a construção do migrante nacional como protótipo da brasilidade se deu frente às desagregações percebidas do mundo urbano. Segundo Martins, nesse momento, as imagens de um mundo rural coerente e harmônico, condensadas na figura do caipira, foram utilizadas na afirmação da elite de sua identidade brasileira, a qual utilizou essa imagem “[...] para fazer crítica da modernidade e dos estrangeirismos incômodos” (2004, p. 200).

Da imagem romantizada, porém positiva, do mundo rural e do caipira, passou-se a percepção de inferioridade e despreparo da categoria migrante no enfrentamento do mundo urbano. Indesejáveis, posto que caipiras e desprovidos das sensibilidades e capacidades laborais relativas à cidade, as famílias migrantes se encontram neste rol dos acudidos pelas policiais.

A policial feminina, exaltada frente a um danoso mundo urbano em suas qualidades morais, tal qual uma “moça do interior” e como tal, destituída dos vícios, malícias e perversidades da cidade, paradoxalmente é incumbida de orientar, ordenar, conter, encaminhar e despachar um outro “do interior” – a família migrante - a qual se encontrava discursivamente envolvida nessa mesma imagem.

Referências

- BETTO, Frei. Lula: biografia política de um operário. 4. ed. São Paulo: Estação Liberdade, 1989.
- BRETAS, Marcos Luiz. Ordem na cidade: o exercício cotidiano da autoridade policial no Rio de Janeiro: 1907-1930. Rio de Janeiro: Rocco, 1997.
- COSTA, Cacilda Teixeira da. O sonho e a Técnica. A arquitetura de ferro no Brasil. São Paulo: Edusp, 1994.
- ECHETO, Victor Silva; SARTORI, Rodrigo Browne. Las ciudades invisibles: heterotopías nômadas y postpatriarcado. Revista Estudos Feministas. vol. 17, n. 2, maio-agosto 2009. p. 335-348.
- FAURE, Olivier. Olhar dos médicos. In: CORBIN, Alain; COURTINE, Jean-Jaques; VIGARELLO, Georges (orgs.) História do Corpo. Da Revolução à Grande Guerra. v. II, 2. ed. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2008. p. 13-56.

FAUSTO, Bóris. Crime e cotidiano. A criminalidade em São Paulo (1880-1924). São Paulo: Brasiliense, 1984.

FELDMAN, Sarah. A configuração espacial da metrópole 1945-1960. CAMPOS, Candido Malta; GAMA, Lúcia Helena; SACCHETTA, Vladimir (orgs.). São Paulo metrópole em trânsito: percursos urbanos e culturais. São Paulo: Editora SENAC São Paulo, 2004. p. 124-127.

FOUCAULT, Michel. Michel Foucault. Des espacesautres. Hétérotopias. Disponível em: http://foucault.info/documents/heteroTopia/foucault_heteroTopia_fr.html. Acesso em: jan. 2010.

FREIRE, Maria Marta de Luna. Mulheres, mães e médicos: discurso maternalista no Brasil. Rio de Janeiro: FGV, 2009.

FUCKS, Yara Duarte. Cel. RR PMESP. Entrevista concedida a Rosemeri Moreira. MP3 – 45 min. São Paulo: 28 jul. 2009.

GROSTEIN, Marta Dora. Periferias: loteamentos ilegais e formas de crescimento urbano. In: CAMPOS, Candido Malta; GAMA, Lúcia Helena; SACCHETTA, Vladimir (orgs.). São Paulo metrópole em trânsito: percursos urbanos e culturais. São Paulo: Editora SENAC São Paulo, 2004. p. 130-137.

KUHL, Beatriz Mugayar. Arquitetura do ferro e arquitetura ferroviária em São Paulo: reflexões sobre a sua preservação. São Paulo: Ateliê Editorial; Fapesp; Secretaria da Cultura, 1998.

MACEDO, Hilda. Polícia Feminina – O que é e o que não é ? Revista Militia, nº 87, ano XIII, Agosto/1960 – p. 45-49. Acervo Biblioteca e Museu de Polícia da Polícia Militar do Estado de São Paulo (BMP/PMESP).

MAGLIANO, María José. Migración, género y desigualdade social. La migración de mujeres bolivianas hacia Argentina. REF, v. 17, n. 2, 2009. p. 349-367.

MARTINS, José de Souza. O migrante brasileiro na São Paulo estrangeira. In: PORTA, Paula (org.). História da Cidade de São Paulo. A cidade na primeira metade do século XX. v. 3. São Paulo: Paz e Terra, 2004. p. 53-213.

MOREIRA, Rosemeri. Corpo e maternalismo nos saberes médico, jurídico e criminológico. In: MARTINS, Mário et. Al. (orgs). Por linhas tortas: gênero e interdisciplinaridade - II. v.6. Fortaleza: Instituto Frei Tito de Alencar, 2011. p. 141-160.

MOULIN, Anne Marie. O corpo diante da medicina. In: CORBIN, Alain; COURTINE, Jean-

Jaques; VIGARELLO, Georges (orgs.) História do Corpo. As mutações do olhar. v. III. , 2. ed. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2008. p. 15-82.

PAOLI, M^a Celia; DUARTE, Adriano. São Paulo no plural: espaço público e rede de sociabilidades. In: PORTA, Paula (org.). História da Cidade de São Paulo. A cidade na primeira metade do século XX. v. 3. São Paulo: Paz e Terra, 2004. p. 53-99.

POLÍCIA FEMININA. Livro Geral nº 1. Relatórios Diários de Ocorrências - Postos “1, 2 e 3”. Início em: 24 de dezembro de 1955. Término em: 16 de maio de 1956. Acervo BMP/PMESP.

POLÍCIA FEMININA. Mapa Estatístico das Ocorrências – Jan/1956 a Dez/1964. Pasta Organização PFEM. Acervo BPM/PMESP.

REINER, Robert. A política da polícia. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2004.

SAES, Flávio. São Paulo Republicana: vida econômica. In: PORTA, Paula (org.). História da Cidade de São Paulo. A cidade na primeira metade do século XX. v. 3. São Paulo: Paz e Terra, 2004. p. 215-257.

SILVA, Luis Octávio. Verticalização, expansionismo e grandes obras viárias: a modernização limitada. In: CAMPOS, Candido Malta; GAMA, Lúcia Helena; SACCHETTA, Vladimir (orgs.). São Paulo metrópole em trânsito: percursos urbanos e culturais. São Paulo: Editora SENAC São Paulo, 2004. p. 100-105.

SOUZA, Maria Adélia Aparecida. Metrópole e paisagem: caminhos e descaminhos da metrópole contemporânea. In: PORTA, Paula (org.). História da Cidade de São Paulo. A cidade na primeira metade do século XX. v. 3. São Paulo: Paz e Terra, 2004. p. 517-553.